

Documento de Área

INTERDISCIPLINAR

Coordenadora da Área: Adelaide Faljoni-Alario (UFABC)
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Consuelo Latorre Fortes-Dias (FUNED)
Coordenador Adjunto de Programas Profissionais: Eduardo Winter (INPI)

Sumário

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA	2
II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017	12
III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016	17
IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL	33
V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO	35
ANEXOS	36

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

I.a Estado da Arte e Evolução da Área Interdisciplinar

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. Isto decorre provavelmente de dois fatores até certo ponto independentes, mas de atuação concomitante. Em primeiro lugar, a existência da Área propiciou e induziu a proposição, na Pós-graduação brasileira, de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos com foco em questões complexas. Em segundo lugar, a Área Interdisciplinar serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes dos grandes centros urbanos, com estruturas de Pós-graduação em fase de formação e consolidação. Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional.

Em função do expressivo número de cursos abrigados pela Área Interdisciplinar, buscou-se organizar suas atividades de maneira a responder ao desafio imposto pelo seu porte, ao mesmo tempo em que se preservava a qualidade das avaliações. A solução encontrada, em 2006, que de certo modo consolidou a prática de organização dos trabalhos que vinha ocorrendo desde 2004, foi a criação de quatro Câmaras Temáticas: Câmara I - Meio Ambiente & Agrárias; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas. Em 2011, com o desmembramento da Câmara I para a constituição de uma área específica (Ciências Ambientais), a Área Interdisciplinar foi reestruturada, apresentando atualmente a seguinte composição: Câmara I - Desenvolvimento & Políticas Públicas; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas.

Ao longo de sua existência, a Área realizou cinco avaliações trienais: em 2001, 2004, 2007, 2010 e 2013 (referentes aos triênios 1998-2000; 2001-2003; 2004-2006; 2007-2009, 2010-2012, respectivamente). O Relatório da Avaliação Trienal referente aos anos base 2010-2012, disponível na página da CAPES, possibilita uma visão abrangente, detalhada e transparente do processo adotado pela Área.

A Área Interdisciplinar instituiu, a partir de 2004, reuniões de acompanhamento com os coordenadores dos programas, que receberam o nome de ReCoPI - Reunião de Coordenadores

de Programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar. Nessas reuniões foi empregada dinâmica semelhante à utilizada pela Área em suas atividades de avaliação, com reuniões setoriais no âmbito das Câmaras Temáticas e reuniões plenárias envolvendo todos os participantes. As ReCoPI têm contribuído para o aprimoramento dos critérios de avaliação apresentados neste documento e consistem em oportunidade para o debate sobre a Pós-graduação e a Área Interdisciplinar. As reuniões setoriais e as discussões nos grupos de trabalho formados durante as ReCoPI têm levado a intercâmbios frutíferos como, por exemplo, a criação de associações/entidades com foco comum. Uma vez que a Área concentra o maior número de Mestrados Profissionais (MP), as ReCoPI têm servido de importante ambiente de discussão dessa modalidade e contribuído para a nucleação de encontros de Mestrados Profissionais.

A partir de 2014, a ReCoPI passou a ser denominada Reunião de Acompanhamento. As Câmaras Temáticas da Área Interdisciplinar têm incorporado, na medida do possível, as sugestões provenientes das discussões nessas reuniões.

No triênio (2010-2012), com o desmembramento da Câmara I da Área Interdisciplinar para a constituição de duas áreas específicas (Ciências Ambientais e Nutrição) a Área Interdisciplinar foi reestruturada, como aconteceu no ano de 2008, quando tivemos a criação das áreas de Materiais, de Biotecnologia, as quais, em parte, absorveram programas das Câmaras III e IV da Área Interdisciplinar.

Em virtude das características dos programas que permaneceram na Área Interdisciplinar e dos novos programas aprovados em 2011 e 2012, a Área foi reorganizada, e seus programas redistribuídos nas quatro Câmaras Temáticas, visando facilitar o acompanhamento e a avaliação de significativo número de programas de Pós-graduação com expressiva diversidade. A Câmara I passou a ser denominada: Desenvolvimento & Políticas Públicas, inclusive por sugestão de coordenadores de programas, em grupo temático de reunião de acompanhamento.

A evolução quantitativa da Área Interdisciplinar na CAPES, em termos de número anual de novos cursos credenciados, é apresentada na Figura 1. A queda de cursos/programas que entraram no sistema a partir do ano de 2011 é o reflexo do processo de triagem dos APCN na Área Interdisciplinar.

A CAPES, preocupada com a expansão acelerada da Área Interdisciplinar implementou, desde 2008, conforme descrito acima, ações para atender satisfatoriamente os programas atuantes no sistema. Destacam-se as seguintes ações: Criação em 2008 da Grande Área Multidisciplinar e denominando esta Área 45 como Interdisciplinar. Neste mesmo ano, a área 46, Ensino, absorveu cursos/programas da Câmara II com temáticas de ensino, criou-se a área 47, Materiais, a qual absorveu cursos/programas da Câmara III e ainda neste ano, criou-se a área 49, Biotecnologia, com cursos/programas que apresentavam aderência a esta temática e que estavam alocados na Câmara IV. Em 2011, foi criada a área de Ciências Ambientais com a migração de 47 cursos/programas da Câmara I. Cabe destacar a curva ascendente dos cursos/programas na Área, visto que muitas propostas apresentam temática interdisciplinar, incluindo a formação dos egressos, os quais devem apresentar esse perfil. No último quinquênio (2011-2015), foram

apresentadas, em média, 168 novas propostas de cursos por ano. A média de aprovação de cursos novos pela CAPES, na Área Interdisciplinar, é de 20% do número total de propostas apresentadas.

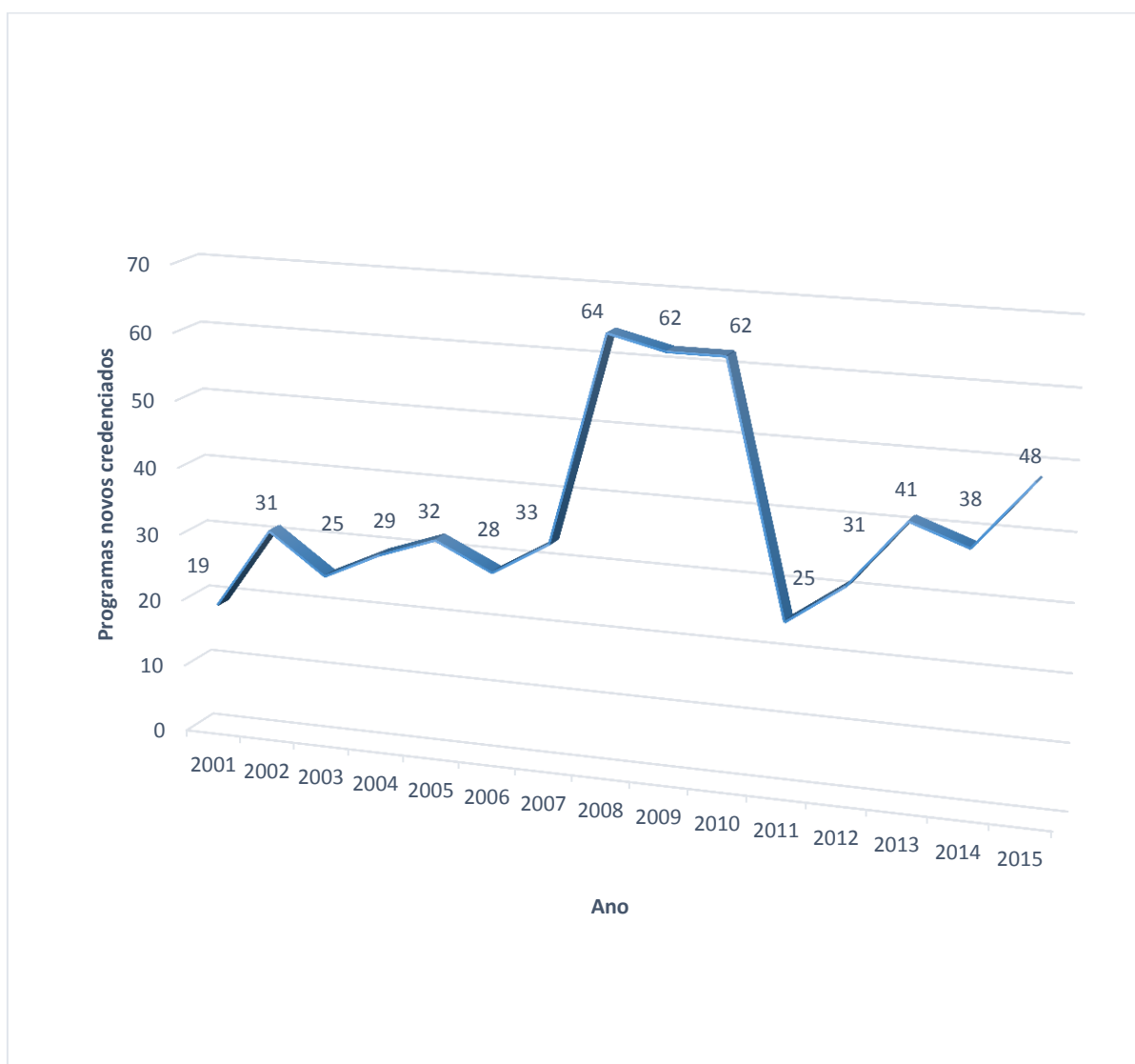


Figura 1 – Evolução do número anual de Cursos/Programas novos aprovados pela CAPES na Área Interdisciplinar.

Nas **Figuras 2 e 3** é apresentada a distribuição dos programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar, em outubro de 2016, por Câmara Temática e por nota, respectivamente. Os cursos/programas em associação foram computados como um programa.

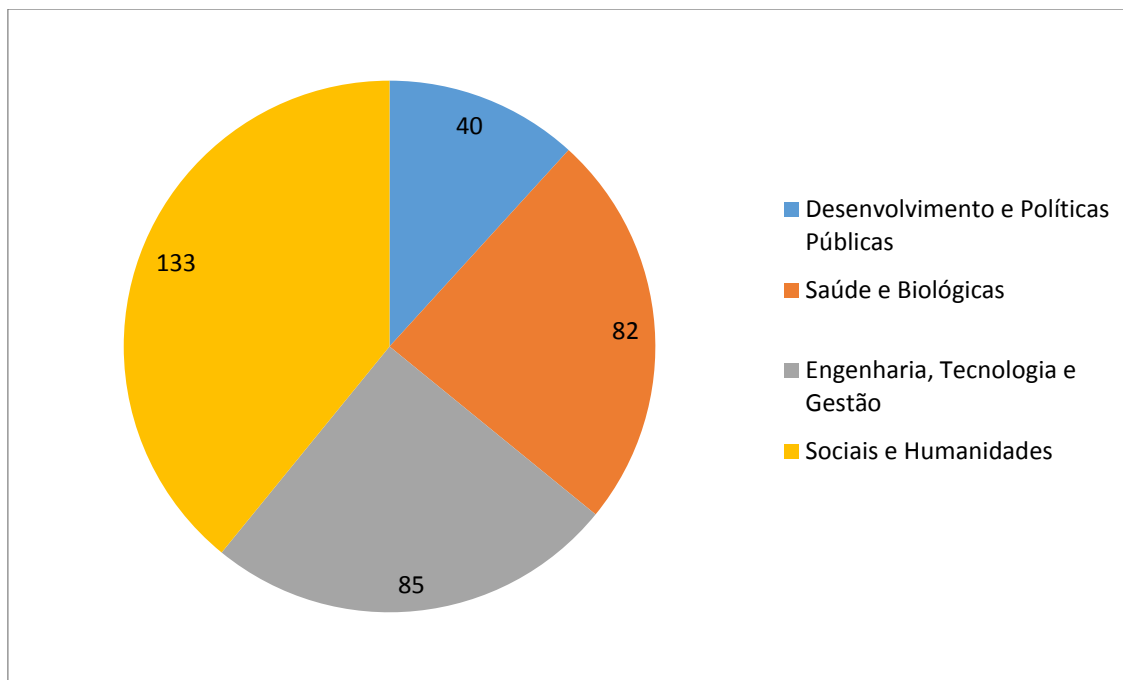


Figura 2 - Distribuição dos programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar recomendados pela CAPES em funcionamento, por Câmara Temática. Fonte: Plataforma Sucupira, 12/12/2016.

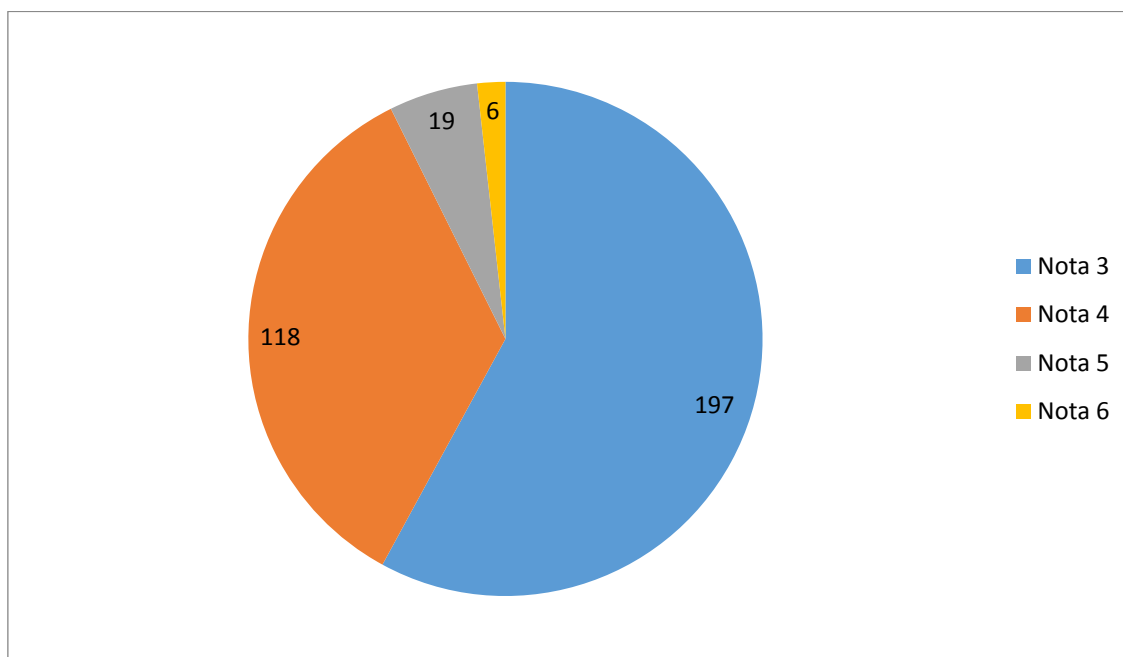


Figura 3 - Distribuição, por nota, dos programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar recomendados pela CAPES em funcionamento. Fonte: Plataforma Sucupira, 12/12/2016.

A evolução da distribuição dos programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar por Câmara Temática e por nota, respectivamente, está mostrada nas **Figuras 4 e 5**, respectivamente. Os cursos/programas em associação foram computados como um programa.

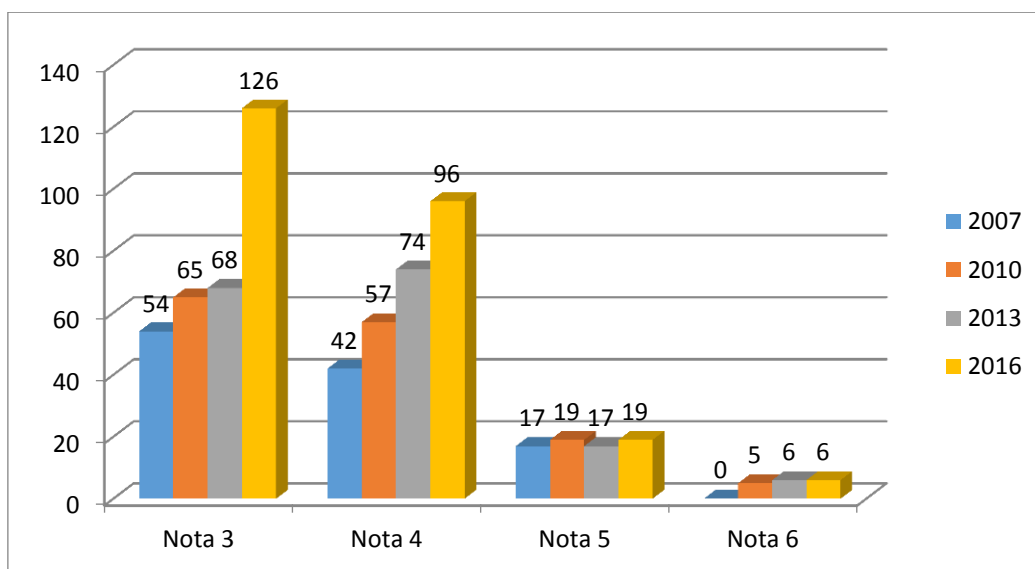


Figura 4 – Evolução trienal dos Programas Acadêmicos por nota (2007-2016). (12/12/2016).

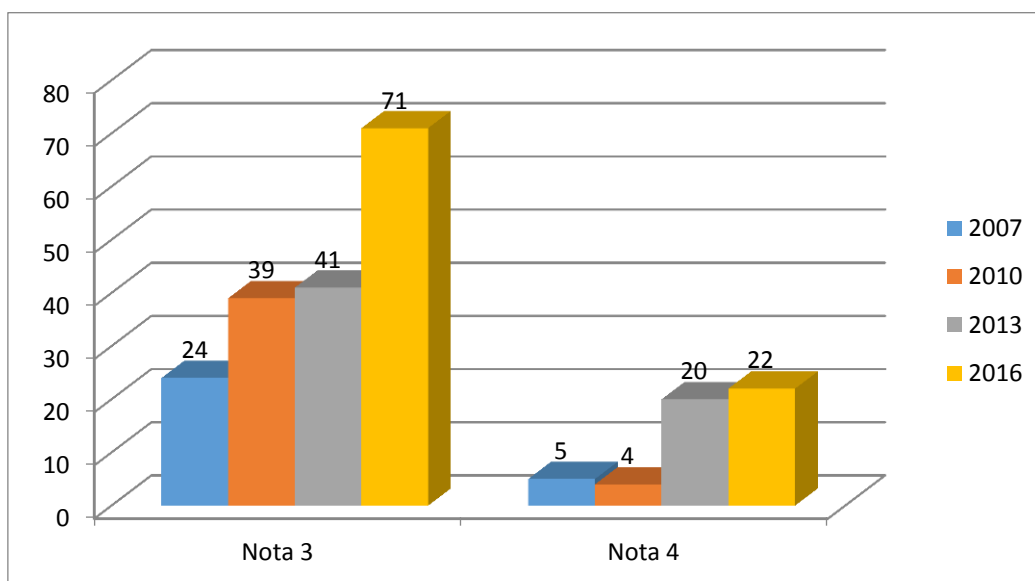


Figura 5 - Evolução trienal dos Programas Profissionais por nota (2007-2016). (12/12/2016).

A **Figura 6** mostra a abrangência e o alcance dos Programas de Pós-Graduação da Área Interdisciplinar em funcionamento, presentes em todos os estados brasileiros. Dados de 14/12/2016. Para os cursos/programas em associação, as instituições participantes foram computadas separadamente.

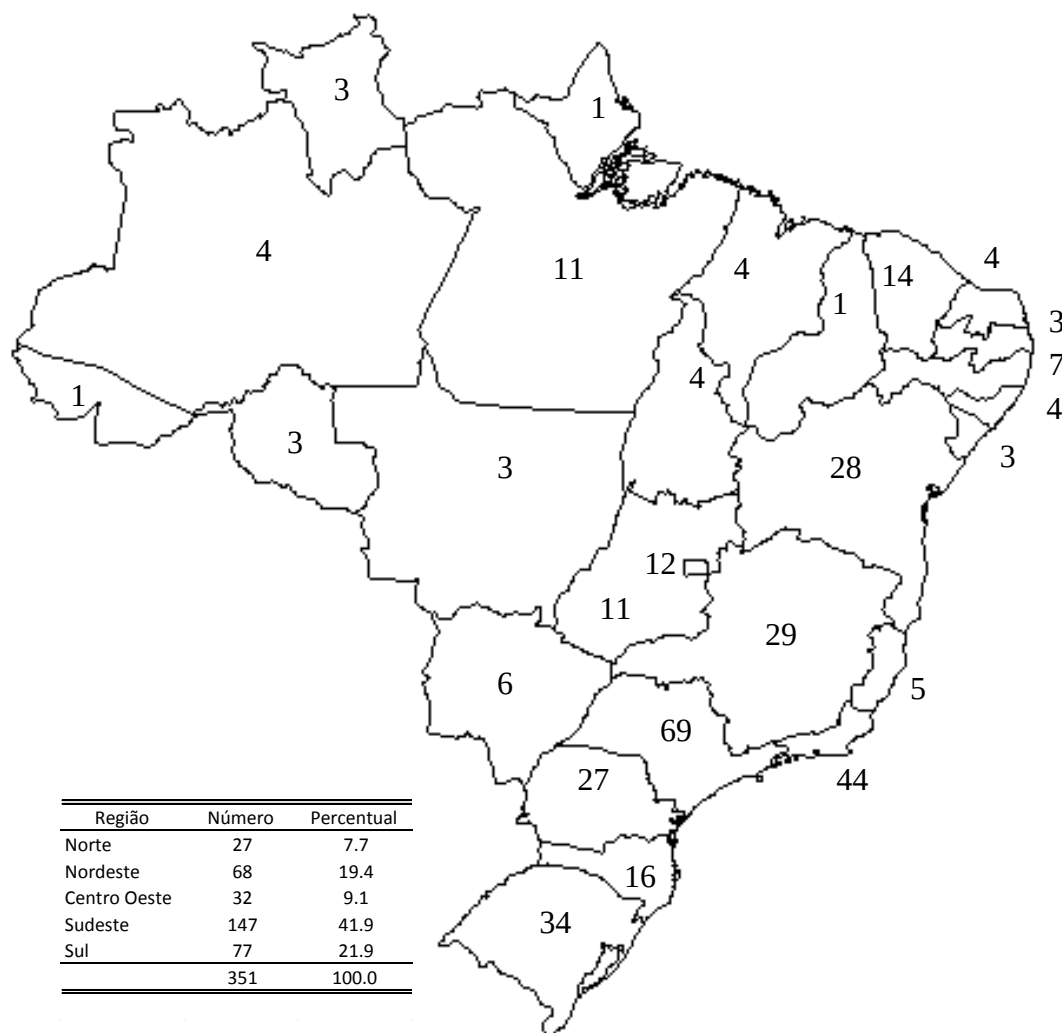


Figura 6 – Distribuição dos Programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar, por estado da Federação. Fonte: Plataforma Sucupira, 14/12/2016. A tabela inserida mostra o número absoluto e percentual de programas por região geográfica brasileira.

A **Figura 7** mostra o número de programas de Pós-graduação em funcionamento, por modalidade. Os cursos/programas em associação foram considerados como um programa.

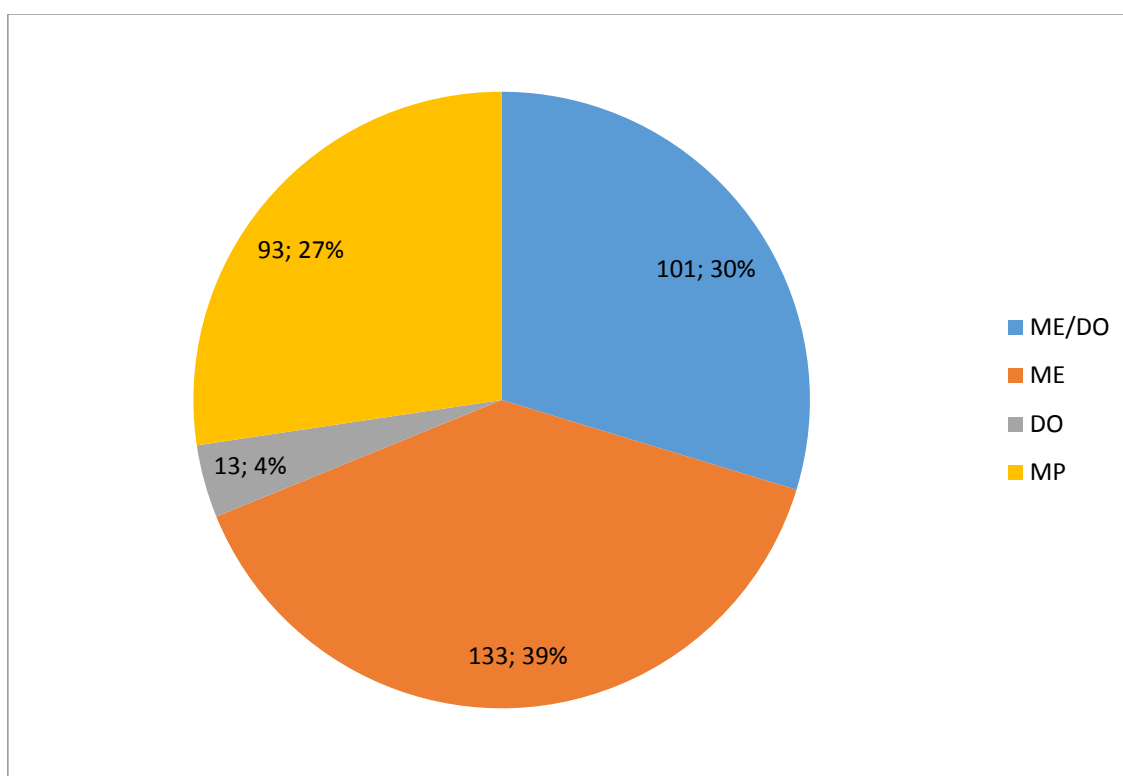


Figura 7. Distribuição atual dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento na Área Interdisciplinar. Fonte: Plataforma Sucupira, 14/12/2016.

I. b. INTERDISCIPLINARIDADE

A importância da introdução de uma Área Interdisciplinar no contexto da Pós-graduação brasileira, em 2008, decorreu da necessidade de se dar conta de novos problemas que emergem no mundo contemporâneo, de diferentes naturezas e com variados níveis de complexidade, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

A natureza complexa de tais problemas requer diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas de conhecimento diferentes, bem como entre saberes disciplinar e não disciplinar. Daí a relevância de novas formas de produção de conhecimento e formação de recursos humanos, que assumam como

objeto de investigação fenômenos que se colocam em fronteiras disciplinares. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos se apresentam para diferentes campos de saber.

Novas formas de produção de conhecimento enriquecem e ampliam o campo das ciências, pela exigência da incorporação de uma racionalidade mais ampla, que extrapola o pensamento estritamente disciplinar e sua metodologia de compartimentação e redução de objetos. Se o pensamento disciplinar, por um lado, confere avanços à Ciência e Tecnologia, por outro, os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas.

Nos últimos anos a CAPES tem envidado esforços para a difusão, entre todas as Coordenações de Área, dos princípios e metodologias da Área Interdisciplinar e da necessidade da abertura das demais Áreas para que abriguem programas interdisciplinares em suas interfaces. Estas discussões permearam algumas reuniões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior nos últimos anos, enfatizando sempre estes novos paradigmas de geração de conhecimento e formação de recursos humanos. Nesta mesma linha, a CAPES promoveu em sua sede, no período de 27 a 29 de novembro de 2012, o evento “Encontro Acadêmico Internacional: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Ambiente e Saúde”. Para este evento foram convidados todos os Coordenadores de Áreas da CAPES, Pró-Reitorias de Pós-graduação e Coordenadores de Programas de Pós-graduação.

Na medida em que os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se oporem, constituem-se em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimentos, o desafio que se apresenta, do ponto de vista epistemológico, é o de identificar características e âmbitos de atuação de cada uma dessas modalidades de geração de conhecimento nas diferentes áreas, assim como as suas possibilidades e limites.

A multidisciplinaridade representa um avanço no tratamento de um dado problema de investigação complexo porque pressupõe a interlocução de várias perspectivas teórico-metodológicas. Entende-se por multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.

A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

De uma proposta de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar espera-se que o produto final, em geração de conhecimento e qualidade de recursos humanos formados, seja qualitativamente superior às contribuições individuais das partes envolvidas. Assim, a Área

Interdisciplinar tem por perspectiva permitir que as propostas de programas encontrem espaço para avançar no sentido de fazer frente aos desafios contemporâneos.

No âmbito da interdisciplinaridade apresentam-se grandes embates epistemológicos, teóricos e metodológicos. Daí seu papel estratégico no sentido de estabelecer a relação entre saberes, propor o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, entre ciência e arte, apresentando-se, assim, como um conhecimento que responde aos desafios do saber complexo.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade se caracteriza como espaço privilegiado, em virtude de sua própria natureza transversal indicada em seu prefixo, para avançar além das fronteiras disciplinares, articulando, transpondo e gerando conceitos, teorias e métodos, ultrapassando os limites do conhecimento disciplinar e dele se distinguindo, por estabelecer pontes entre diferentes níveis de realidade, lógicas e formas de produção do conhecimento. Assim, torna-se fundamental o diálogo da Área Interdisciplinar com as demais Áreas, bem como no próprio interior da Área Interdisciplinar.

Os princípios aqui esboçados representam um convite para o exercício de um pensamento complexo e interdisciplinar, pautado por uma racionalidade mais ampla. A adoção desses princípios na formação de recursos humanos via práticas de pesquisa, ensino e extensão apresentam vários desafios a docentes e discentes da Área Interdisciplinar, alguns dos quais serão aqui destacados:

- Promover a abertura para o enfrentamento de novas perspectivas teórico-metodológicas de pesquisa, ensino e inovação.
- Atender aos desafios epistemológicos que a inovação teórica e metodológica apresenta às pesquisas e ao ensino interdisciplinares, o que requer diálogos cada vez mais estreitos entre disciplinas de diferentes áreas do conhecimento e das áreas entre si, assim como destas com as filosofias das ciências, em suas diferentes vertentes.
- Promover a incorporação de metodologias interdisciplinares nos projetos de pesquisa dos docentes e discentes.
- Reconhecer que diferentes concepções podem ser adotadas nas pesquisas e no ensino interdisciplinar, pois é possível construir significados distintos, valorizando e reconhecendo a diversidade que a área comporta.
- Aprofundar as características definidoras dos conceitos de pluri, multi e interdisciplinaridade, seus diferentes contextos teórico-metodológicos tendo em vista suas relações e diferenciações, possibilidades e limites, a fim de melhor embasar as definições de propostas de ensino e pesquisa, suas linhas inovadoras, assim como as avaliações dos diferentes programas da Área Interdisciplinar.

- Identificar canais para a intensificação do diálogo inter e intra Câmaras Temáticas da Área Interdisciplinar, para as trocas de experiências entre os Programas e a divulgação do conhecimento interdisciplinar gerado.

Tendo em vista que um dos maiores desafios deste século é o da (re)ligação de saberes, abre-se na Área Interdisciplinar um espaço para inovação da organização do ensino da Pós-graduação e da pesquisa, espaço esse que induz a formação interdisciplinar e humanista dos alunos, docentes e pesquisadores. Essa formação volta-se para o desenvolvimento e adoção de atitude interdisciplinar em suas diferentes práticas de ensino, pesquisa e extensão, incluindo-se aí a necessária inserção social da produção científica e tecnológica gerada.

I.c INSERÇÃO/INCIDÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Área Interdisciplinar incentiva os Programas Acadêmicos a promoverem ações junto ao Ensino Fundamental e Médio no âmbito local, regional e nacional, e a disponibilizar material didático e de divulgação científica na página do programa na internet, explicitando isso no Quesito 5, Inserção Social, da Ficha de Avaliação. São valorizadas iniciativas tais como, promoção de feiras de ciência, orientação de estágio júnior, visitas guiadas às instalações do programa e apresentações de palestras a alunos da Educação Básica. A Área valoriza a descrição das linhas de atuação do Programa em linguagem acessível a estudantes da Educação Básica e à comunidade não acadêmica.

I.d A ÁREA INTERDISCIPLINAR FRENTE AO PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG 2011-2020)

No documento original e publicação oficial do PNPG é enfatizado que "outros modelos e metodologias, entre essas, a interdisciplinaridade, abram novas possibilidades de abordagens objetivando o atendimento aos assuntos estratégicos nacionais".

A Área Interdisciplinar em suas premissas vem atendendo e contribuindo para implementação de ações que constam do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011 – 2020 e a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). A Área Interdisciplinar desde a sua criação é uma das áreas que mais tem recebido propostas de novos programas/cursos de Pós-graduação. A sua taxa de crescimento, que é três vezes maior que a média da CAPES, tem contribuído de forma significativa para expansão da Pós-graduação do país. Vale ressaltar que esse crescimento traz na sua dinâmica a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias.

O crescimento da Área Interdisciplinar tem contribuído para a busca e inserção, no sistema de Pós-graduação do país, de discussões e sistematização da multi e da interdisciplinaridade, de

forma paulatina e continuada. A Área Interdisciplinar tem demandado e participado de discussões que buscam traçar e sistematizar políticas que possam atender às demandas de uma sociedade globalizada na formação de novos profissionais, assim como na geração de conhecimento que atualmente priorizam a interdisciplinaridade.

Dessa forma, a experiência construída ao longo de sua existência tem permitido à Área contribuir de forma significativa na expansão e consolidação do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). A Área está também atenta à sua contribuição para a construção de mecanismos de apoio à Educação Básica. Há orientação explícita, no quesito Inserção Social dos Programas, para o compromisso com a formação de professores, inicial e em serviço, produção de material didático e sua aplicação nas escolas, com avaliação da sua pertinência.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

II.a Descrição e orientações sobre a avaliação

Grande parte do esforço da Área tem sido dedicada à discussão da caracterização de propostas interdisciplinares e do estabelecimento de referenciais e indicadores, tanto qualitativos quanto quantitativos, a serem adotados no processo de avaliação. Este documento reflete o entendimento desse tema como processo dinâmico em contínua construção.

A Área Interdisciplinar possui a maior diversidade e o maior número de cursos reconhecidos na CAPES. Isto demanda atenção especial dos consultores para que se busque maior consonância na proposição e aplicação de procedimentos e critérios de avaliação e, em decorrência, o aperfeiçoamento dos procedimentos e instrumentos utilizados. A avaliação da Pós-graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo disponibilizadas as informações para acesso público na página *web* da CAPES a cada passo do processo.

A base inicial de dados para a avaliação, retratando a situação de cada Programa de Pós-graduação, pode ser acessada na página da CAPES em Avaliação/Cursos recomendados e reconhecidos. Ao consultar esses documentos, os programas podem fazer análises comparativas com outros programas da mesma natureza. **A base é organizada por ano e é formada pelo seguinte conjunto de relatórios padronizados: 1. Teses e Dissertações; 2. Produção Bibliográfica; 3. Produção Técnica; 4. Produção Artística; 5. Corpo Docente, Vínculo, Formação; 6. Disciplinas; 7. Linhas de Pesquisa; 8. Projetos de Pesquisa; 9. Proposta do Programa; 10. Docente Atuação; 11. Docente Produção.**

Em relação aos indicadores de produção acadêmica, são considerados, para fins de avaliação, os parâmetros descritos nos itens específicos no tópico IV deste documento. Os cálculos dos indicadores de produção em periódicos, livros, capítulos, produção técnica e de trabalhos completos em eventos, são descritos na Ficha de Avaliação, no tópico V. Importante se faz

esclarecer, que algumas produções podem ser excluídas na avaliação dos programas. A glosa dessas produções se dá, predominantemente, por não se vincularem às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa ou por pertencerem a docentes vinculados como permanentes em mais de dois programas acadêmicos de Pós-graduação.

Nas fichas de avaliação são considerados cinco quesitos. Embora não seja atribuído um peso para o Quesito 1 (Proposta do Programa), o conceito atribuído ao quesito é essencial. A proposta do Programa é objeto de avaliação permanente. São observadas as modificações apontadas pela coordenação tendo como referência de análise a coerência entre foco da proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, disciplinas, corpo docente e perfil do egresso. A interdisciplinaridade é o parâmetro norteador da avaliação dessa coerência. Um curso/programa com carência de características interdisciplinares irá gerar impactos na atribuição da nota final na avaliação quadrienal.

Já os outros quatro Quesitos (2 - Corpo Docente, 3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações, 4 - Produção Intelectual e 5 - Inserção Social) têm pesos 20%, 35%, 35% e 10% para os programas acadêmicos, e 15%, 30%, 30% e 25% para os profissionais, respectivamente. No item IV deste Documento são apresentadas as fichas de avaliação comentadas, para cada quesito e os parâmetros avaliados em cada um, tanto para programas Acadêmicos quanto Profissionais.

A importância da avaliação da produção intelectual do Programa está na compreensão de que aqueles com produção de alta qualidade oferecem, potencialmente, condições para uma melhor formação de alunos. Por sua vez, é relevante a participação dos alunos nesta produção, consistindo para a Área Interdisciplinar um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Discente.

Considera-se a participação discente em eventos científicos relevante para o contato com a comunidade, troca de experiências, estabelecimento de colaborações, ajustes no desenvolvimento do projeto de pesquisa, entre outros fatores. No entanto, **cabe ressaltar que uma medida do desempenho pleno do corpo discente repousa na coautoria em produções de maior impacto nas várias modalidades, qualificadas nos estratos mais elevados.** A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos que geram com a participação discente explícita. Por essa razão, consideram-se, **para fins de avaliação da produção intelectual do programa, os trabalhos gerados por egressos até cinco anos após a conclusão do curso, sempre que caracterizados como frutos de suas teses ou dissertações.**

A coautoria discente na produção qualificada, além de ser um indicador de qualidade dos recursos humanos formados pelo Programa, contribui para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de Pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas neste mercado. O destino dos egressos, por conseguinte, é um item da avaliação dos programas de Pós-graduação.

A Portaria CAPES nº 81/2016 define as categorias de docentes que compõem os Programas de Pós-Graduação (PPG) *stricto sensu* e, além de outras providências, determina a atuação como

docentes permanentes em, no máximo, três programas em funcionamento ou em proposta submetida.

Os docentes permanentes devem, necessariamente, atender a todos os pré-requisitos dispostos na legislação vigente. Eventuais modificações no corpo permanente, decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, sendo objeto de avaliação pela Área.

A Área Interdisciplinar considera que o corpo docente permanente deve dedicar um mínimo de 15 horas às atividades do Programa. A Área também recomenda um número máximo de dez orientandos por docente permanente no Programa. Os docentes permanentes devem ter, majoritariamente, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição, e atender a todos os pré-requisitos da categoria, conforme legislação vigente. O não atendimento temporário de qualquer desses pré-requisitos deverá ser devidamente justificado pelo Programa.

II.b - SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A Reunião dos Coordenadores de Programas da Área Interdisciplinar (ReCoPi) chegou à sua 7ª versão em setembro de 2015. A partir de 2011, a Diretoria de Avaliação estabeleceu os seminários de acompanhamento para todas as áreas e, portanto, as ReCoPi passaram a ser denominadas Seminários de Acompanhamento da Área Interdisciplinar.

Nesses seminários, cada coordenador de Programa apresenta a evolução de seu Programa para os demais coordenadores de sua Câmara Temática e a Coordenação da Área Interdisciplinar. São descritas, sucintamente, as áreas de concentração e linhas de pesquisa, a evolução da nota na CAPES, o corpo docente e discente, o destino dos egressos e o quadro atual da produção do Programa, em artigos, livros, técnica e na forma de trabalhos completos em eventos. Os coordenadores também citam os pontos fortes e fracos do Programa e as dificuldades que encontra, e dão sugestões a CAPES, à Coordenação de Área, aos colegas e às Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação. Os dados são compilados e disponibilizados na página da CAPES na forma de relatórios e a Coordenação da Área procede aos encaminhamentos cabíveis. Os Seminários de Acompanhamento possibilitam avaliar o estágio atual de cada Programa de Pós-Graduação (PPG), atualizar informações, análises comparativas e troca de experiências.

Em outro momento, os coordenadores e representantes da Coordenação da Área reúnem-se em grupos de trabalho (GT). Posteriormente, há discussões plenárias setoriais por Câmara e plenárias conjuntas entre as Câmaras da Área. Na oportunidade são dados esclarecimentos, principalmente sobre questões relacionadas aos critérios gerais de avaliação da Área, discute-se e propõe-se a melhora desses critérios. A coordenação dos Grupos de Trabalhos é mista, com a participação de representantes dos coordenadores, que farão a relatoria nas plenárias. Os temas mais frequentes dos GT são o Documento de Área, Qualis Periódicos, Avaliação de Livros,

Avaliação de Trabalhos em Eventos e Avaliação de Produção Técnica/Tecnológica. Um GT sobre Mestrados Profissionais ocorre geralmente em horário extra, para que integrantes desses Programas possam também participar dos demais GT.

As questões e sugestões levantadas nos GT e discutidas em plenárias são analisadas pela Área e, quando pertinentes, servem de diretrizes no estabelecimento de critérios para nortear os estratos Qualis das produções. Por exemplo, na V-ReCoPI, realizada em 2011, foi sugerido que a Área adotasse como um dos critérios na classificação Qualis Periódicos, a avaliação das revistas pelas áreas disciplinares de origem. Isto foi feito já na classificação das revistas do ano base de 2010 e trouxe maior equilíbrio para a Área, reduzindo as críticas e insatisfações com o Qualis Periódicos da Área, devido à grande diversidade de programas que a compõem. Várias sugestões dos dois últimos Seminários de Acompanhamento (fevereiro de 2013 e setembro de 2015) nortearam o aperfeiçoamento do Qualis Periódicos e contribuíram para os procedimentos, critérios e roteiros para a formatação do Roteiro para Classificação de Livros, Classificação da Produção Técnica e Tecnológica, e Classificação de Eventos.

Abaixo seguem algumas propostas gerais de coordenadores de Programas da Área nos referidos seminários e alguns encaminhamentos dados:

- A criação de comitês interdisciplinares em órgãos de fomento. Os coordenadores redigiram um documento, que foi aprovado em plenária geral da Área, solicitando a criação do Comitê e da Área Interdisciplinar no CNPq. A coordenação da Área protocolou o documento no CNPq, endereçado a seu Presidente.
- Valorização da produção conjunta dos docentes nos programas multi/interdisciplinares. A Área passou a considerar dois índices de produção em periódicos, um que leva em conta o número absoluto de artigos do programa e outro que considera a coautoria entre docentes do programa, para estimular a visão interdisciplinar dos problemas tratados.
- Consideração da produção científica em eventos. As contribuições dadas no GT Eventos e nas discussões plenárias.
- Plataforma Sucupira: Aprimoramento do sistema de coleta de informações, melhoria do processo de alimentação da Plataforma e implementação da alimentação contínua de dados ao longo do ano. A Plataforma Sucupira está sendo aperfeiçoada como banco de dados e já permite a extração de dados da Plataforma Lattes do CNPq, cadastro de discentes, e a geração de planilhas informativas, a partir dos dados informados pelos programas. Cabe aos programas alimentar com completude o banco de dados, no decorrer do ano.
- Participação de coordenadores e docentes dos programas de Pós-graduação na elaboração do Qualis Periódicos. A planilha com a classificação Qualis atualizada pela Área é enviada às coordenações de Programas, que apontam os erros de classificação e discrepâncias em relação aos critérios discutidos e divulgados na página da CAPES. As

correções pertinentes são feitas pela coordenação de Área, antes da inserção e chancela do Qualis no sistema de informática da CAPES.

- Elaboração de um instrumento de classificação para valorizar a produção técnica/tecnológica, com a participação da comunidade, principalmente dos MP.
- Critérios de avaliação diferenciados para os Mestrados Profissionais com relação aos Programas Acadêmicos. A CAPES tem promovido a separação das avaliações entre Programas Acadêmicos e Profissionais, com calendários distintos de submissão de propostas de cursos novos, comissões distintas de avaliação, consultores do campo profissional em análise, fichas de avaliação com pesos e parâmetros diferenciados para as duas modalidades. A partir do ano de 2011, as Áreas de Avaliação contam com um coordenador-adjunto para os Mestrados Profissionais.
- Maior participação dos MP nas comissões de avaliação. A composição das comissões de avaliação conta com integrantes de MP e com pesquisadores atuantes nos campos profissionais em pauta.
- Busca de alternativas para disponibilização de recursos financeiros para as IES/programas de Pós-graduação nos meses de janeiro e fevereiro quando ocorre elevado número de qualificações e defesas.
- Diminuição da discrepância das classificações dos periódicos nas diferentes áreas de avaliação, isto é, unificação do Qualis.

Na última Reunião de Acompanhamento da Área, denominada, em função da mudança da avaliação com periodicidade quadrienal, Seminário de Acompanhamento de Meio Termo (setembro de 2015), as atividades previstas foram reprogramadas, atendendo à demanda dos coordenadores de programas presentes. O ajuste permitiu a dedicação de maior número de horas aos encontros de grupos temáticos (GT), que tiveram como temáticas:

- Periódicos e Eventos, no qual foram apresentadas as ações da área para classificação de periódicos e trabalhos completos em eventos, as quais tomaram como base as discussões e propostas levantadas em grupos de trabalho em ReCoPI anteriores. Foram discutidos os critérios vigentes para classificação Qualis Periódicos e os critérios em elaboração para classificação de eventos.
- Livros e Capítulos de Livros, onde foram apresentados e discutidos os critérios adotados para a avaliação da produção bibliográfica dos Programas de Pós-graduação vinculados à Área Interdisciplinar, na última trienal. Objetivou-se construir com os participantes indicadores para o aperfeiçoamento dessa avaliação (Classificação de Livros).
- Produção Técnica e Tecnológica, com o objetivo de atualizar os coordenadores sobre o atual status da avaliação da produção técnica e aprimorar a definição dos tipos e subtipos dessa produção, bem como a atribuição dos estratos e parâmetros de avaliação das diferentes produções (Classificação de Produção Técnica e Tecnológica).
- Inserção Social, que visou discutir critérios para a avaliação do impacto educacional,

social, cultural e tecnológico/econômico do programa no contexto local, regional e nacional; estabelecer critérios para definição e classificação das atividades passíveis de serem consideradas nessa dimensão avaliativa; discutir a conveniência (ou não) de pesos, de acordo com os critérios sugeridos.

- Mestrados Profissionais, com o objetivo de atualizar os coordenadores quanto às especificidades da avaliação dos MP e aprimorar o processo de avaliação, de modo a destacar as particularidades dessa modalidade de Programa de Pós-Graduação. Como resultado, a CAPES implantou comissões para elaboração e/ou revisão das classificações das produções, para todos os temas discutidos nos GT. Foi também ressaltada, pelos coordenadores da Área, a importância do conhecimento do Documento de Área, em todos os GT. Na plenária de encerramento, foram entregues os seguintes documentos, para o devido encaminhamento: carta ao CNPq solicitando a criação de Área interdisciplinar nesse Conselho, consideração do título de Doutor Interdisciplinar nos editais públicos, e sugestões de relatórios a serem extraídos do banco de dados da Plataforma Sucupira.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	A adequação da Proposta do Programa a Área Interdisciplinar é pré-requisito da avaliação. Avalia-se qualitativamente sua coerência, consistência, abrangência e atualidade, requerendo, portanto, cuidado especial à sua apresentação. Neste quesito avalia-se a adequação do programa às diretrizes de interdisciplinaridade em conformidade com os conceitos definidos no Documento de Área. Avalia-se como o programa incorpora a interdisciplinaridade como método de produção do conhecimento e formação de recursos humanos, sua exequibilidade e potencial de consolidação. Da mesma forma, verifica-se a adequação, coerência,

		abrangência, atualização e integração da estrutura curricular, das linhas e projetos de pesquisa, das áreas de concentração, bem como da infraestrutura para a geração de conhecimento e formação interdisciplinares. Devem estar claros os objetivos do programa, o perfil do público alvo, a demanda de mercado e a atuação do egresso. Verifica-se a articulação entre objetivos, estrutura curricular, projetos, linhas de pesquisa e áreas de concentração. Segundo a legislação vigente, as modificações na composição do corpo docente, decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, deverão ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do programa, e serão objeto de avaliação.
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	40%	Este item constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro. Avaliam-se as perspectivas do Programa com vistas a seu desenvolvimento, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento com padrão de excelência de centros internacionais, seus propósitos na melhor formação interdisciplinar de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	Examina-se a adequação da infraestrutura para a formação interdisciplinar, para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais e mais gerais de pesquisa, a infraestrutura de informática e de biblioteca disponíveis com pertinência aos objetivos do Programa.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	30%	É observada a participação de docentes permanentes com experiência em pesquisa e orientação; a estabilidade, integração e maturidade acadêmico-científica da equipe; a diversidade de instituições de formação e titulação dos docentes permanentes; a distribuição do corpo docente pelas linhas de pesquisa e estrutura curricular e pelas áreas

		disciplinares que abrangem a proposta; o grau de interdisciplinaridade, compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	As categorias de docentes no programa devem respeitar as definições estabelecidas na legislação vigente. Observa-se o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes. A Área recomenda que os programas sejam compostos com um mínimo de 12 docentes permanentes; que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem juntas, 30% do quadro total de docentes. A Área recomenda que o corpo docente permanente deve ter, no mínimo, 15 horas de dedicação às atividades da Pós-graduação, que incluem ensino, pesquisa e orientação. A Área recomenda o número máximo de dez orientandos por docente permanente, considerando todos os programas em que participa. A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos, a obtenção de financiamentos de agências de fomento; a existência de projetos integradores com participação de docentes de diferentes áreas de origem que atendam a interdisciplinaridade proposta; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de pesquisa.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	É observado se as atividades de orientação e a carga horária em disciplinas estão bem distribuídas pelo quadro de permanentes; e se todos os docentes permanentes estão envolvidos em projetos de pesquisa vinculados ao programa. Ressalta-se que as disciplinas e projetos de pesquisa devem ser compartilhados por mais de um docente, se possível de áreas diferentes, promovendo assim a formação interdisciplinar do estudante e futuro egresso.

2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído proporcionalmente entre os demais itens do quesito.	10%	Avalia-se a contribuição dos docentes permanentes para a graduação, quando aplicável, sem prejuízo da dedicação às atividades do Programa; a participação discente de graduandos nos projetos e na produção vinculada ao programa; a existência de fomento institucional e de agências externas de fomento à pesquisa e a orientação de bolsistas de extensão, iniciação científica ou tecnológica por docentes permanentes do programa.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15%	São verificados os números de dissertações e teses defendidas e aprovadas no período avaliado, sua proporção em relação ao corpo docente permanente e ao corpo discente e o fluxo discente.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Observa-se o número de orientadores do quadro permanente com teses e/ou dissertações defendidas no período. Um desequilíbrio nesta distribuição acarreta prejuízo no conceito. Participações nos programas Mestrado Interinstitucional (Minter) ou Doutorado Interinstitucional (Dinter) são consideradas exceções e avaliadas qualitativamente.
3.3. Qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50 %	Esse parâmetro é avaliado de forma quantitativa, e também qualitativa e comparativamente entre os programas. Considera-se como critérios de avaliação: 1. A vinculação das teses e dissertações às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa do programa, bem como o alinhamento com os objetivos do programa e perfil esperado do egresso. 2. A composição das comissões avaliadoras das teses e dissertações deve: a) incluir examinadores externos ao curso; b) incluir apenas membros com título de doutor e atuação expressiva como pesquisadores da respectiva área temática do programa; c) garantir a diversidade de formação e área de atuação dos avaliadores, de forma a contemplar o caráter interdisciplinar das

		dissertações/teses. 3. O número de teses e dissertações premiadas por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa. 4. O número de monografias ou relatórios de graduação premiados por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa, se aplicável; 5. A participação de discentes e egressos autores da pós-graduação na produção intelectual do programa. 6. A produção intelectual com participação discente em relação aos trabalhos de conclusão (dissertações e teses). 7. O percentual da participação da produção intelectual com participação discente em relação à produção intelectual do programa. 8. A produção do egresso da pós-graduação até cinco anos após a conclusão do curso.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	É avaliado o tempo médio de titulação dos discentes. Também é considerado o percentual de bolsistas que concluíram suas teses e dissertações. O fluxo de alunos também é analisado de forma a considerar possíveis fragilidades associadas à baixa demanda pelo curso, abandonos e desligamentos.
4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	Será avaliada a produção intelectual do corpo docente e do Programa, com e sem co-autorias. A produção em periódicos terá como base a Classificação Qualis da Área. A produção do programa veiculada em livros e capítulos de livros é baseada na avaliação dos mesmos, realizada pelos consultores da Área. O mesmo critério é aplicado a trabalhos completos em eventos. A Área Interdisciplinar possui diversidade de programas, com focos em diferentes produções, sendo que alguns apresentam maior produção em periódicos, outros em livros e capítulos. Excepcionalmente, pela

		necessária rapidez na divulgação de seus resultados, tem relevância a publicação de trabalhos completos em eventos. Pela sua natureza, alguns programas têm perfil para produção técnica ou tecnológica que necessita ser igualmente valorizada. Portanto, na avaliação da produção qualificada, a Área considera um índice global de produção do programa, denominado Índice de Produção (IndProd). Para cálculo final do IndProd não será contabilizada a produção técnica-tecnológica e artística que ultrapasse o valor 25% da produção em periódicos, livros e capítulos de livros.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	A produção qualificada do programa, contabilizada no IndProd, deve estar distribuída equilibradamente pelo corpo docente permanente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	Considera-se o vínculo com a Proposta do Programa, com suas Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos, e a coautoria discente (teses e dissertações que geraram esses produtos). A Área considera que a avaliação da produção técnica deve enfatizar o benefício que as mesmas estão trazendo para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, no contexto do programa, bem como seu impacto social. A produção técnica e tecnológica do programa é levada em conta a partir da Classificação de Produção Técnica e Tecnológica.
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	5%	A produção artística, se aplicável, é avaliada com base no Documento Qualis da Área de Artes/Música. Se não for aplicável, o quantitativo (5%) será agregado ao item 4.1.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	São observados os impactos educacional, social, cultural e tecnológico/econômico do programa. Considera-se a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a inserção de produtos, processos, serviços nas comunidades e a capacidade do Programa atrair candidatos de diversas regiões do país e do exterior. Quanto ao item impacto educacional, enfatizam-se as ações junto ao

		Ensino Fundamental e Médio no âmbito local, regional e nacional, e a disponibilização de material didático e de divulgação científica na página do programa.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	Avalia-se a existência de intercâmbios, parcerias, projetos de cooperação e produção conjunta com outros programas e centros de pesquisa. É também avaliada a mobilidade discente e docente nacional e internacional.
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.	20%	É verificada a disponibilização <i>online</i> das Teses e Dissertações. Avalia-se também a manutenção de uma página web atualizada do programa, com informações acessíveis para o público em geral contendo: a apresentação de sua proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa, corpo docente, grade curricular, regimento e editais de seleção. Para os programas candidatos às notas 5, 6 e 7 é essencial disponibilizar versões em inglês e espanhol, dessas informações.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	40%	Neste item verifica-se a adequação do Programa às diretrizes de interdisciplinaridade. Avalia-se como o Programa incorpora a interdisciplinaridade como método de produção e formação de recursos humanos, sua exequibilidade e potencial de consolidação. Verifica-se a adequação, coerência, consistência, abrangência e atualização da estrutura curricular, das linhas de atuação e projetos e das áreas de concentração, a integração e articulação entre as mesmas e destas com os objetivos do Programa. Devem estar claros os objetivos, o perfil do público alvo, a demanda

		de mercado e a atuação do egresso. O conjunto de atividades, áreas de concentração, linhas de atuação, projetos, disciplinas e ementas com referências bibliográficas atualizadas, devem atender às características do campo profissional e aos objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	Examina-se o conjunto de mecanismos de interação com outras instituições e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais e se estes são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com a qualificação do corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	Examina-se a adequação da infraestrutura para a formação profissional interdisciplinar, para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível e pertinente para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	Este item constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro. Avalia-se as perspectivas do Programa com vistas ao seu desenvolvimento, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.
2 – Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	Deve apresentar, de forma equilibrada, um corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos, com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação. É observada a atuação do corpo docente em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de concentração do Mestrado Profissional; a experiência em orientação, estabilidade, integração e maturidade técnico-científica da equipe; a distribuição do corpo docente pelas linhas de atuação, estrutura

		curricular e pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta; o grau de interdisciplinaridade, compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30%	As categorias de docentes no programa devem respeitar as definições estabelecidas na legislação vigente. Observa-se o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes. A Área recomenda que os programas sejam compostos com um mínimo de 12 docentes permanentes, que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes permanentes. Conforme legislação vigente, os docentes permanentes devem ter, majoritariamente, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. A Área recomenda que o corpo docente permanente tenha, no mínimo, 15 horas de dedicação às atividades do Programa. A Área recomenda o número máximo de dez orientados por docente permanente, considerando todos os programas em que participa. A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos; a existência de projetos integradores com participação de docentes de diferentes áreas de origem que atendam a interdisciplinaridade proposta; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos. Examina-se a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos e tecnológicos financiados pelo setor industrial ou pela área de política social correspondente. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I). É examinada a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa.

2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	É avaliada a distribuição das atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e orientação entre os docentes permanentes. Considera-se, na distribuição, o envolvimento em atividades de graduação, se pertinente.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	É verificado se a proporção de trabalhos de conclusão aprovados é adequada e se indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. São tratados de forma diferenciada Programas com turmas intermitentes. Verifica-se a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período. Verifica-se também a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	50%	São critérios de avaliação: 1. A vinculação das dissertações às linhas de pesquisa e aos projetos de pesquisa do programa, bem como o alinhamento com os objetivos do programa e perfil esperado do egresso. 2. A composição das comissões avaliadoras das dissertações. 3. O número de dissertações premiadas por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa; 4. O número de monografias ou relatórios de graduação premiados por associações científicas e instituições de fomento à pesquisa, se aplicável; 5. A participação de discentes e egressos autores da pós-graduação na produção intelectual do programa; 6. A produção intelectual com participação discente em relação aos trabalhos de conclusão; 7. O percentual da participação da produção intelectual com participação discente em relação à produção intelectual do programa.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	20%	Examina-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a empresas, a órgãos públicos ou privados, etc. É importante, que o trabalho tenha aplicação no

		campo profissional do tema da dissertação. Devem ser informados na parte textual do relatório na Plataforma Sucupira, os principais impactos produzidos, recomendando-se fortemente a utilização de indicadores quantitativos ou qualitativos. Recomenda-se que informações sobre os trabalhos de conclusão e sobre a atuação do egresso, por cinco anos após sua titulação, sejam disponibilizadas na parte textual do relatório, de maneira objetiva, destacando-se em que condições ele foi aplicado. Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções apontadas, se foram ou não implementadas, porquê e com que resultados.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	A média anual da produção intelectual do Programa em periódicos é calculada tendo como referência o Documento Qualis da Área Interdisciplinar. Serão avaliadas a produção média do corpo docente e a produção média do programa, com e sem coautorias. A produção do programa veiculada em livros e capítulos de livros é baseada na avaliação dos mesmos, realizada pelos consultores da Área. A Área Interdisciplinar possui diversidade de programas, com focos em diferentes produções, sendo que alguns apresentam maior produção em periódicos, outros em livros e capítulos. Excepcionalmente, pela necessária rapidez na divulgação de seus resultados, tem relevância a publicação de trabalhos completos em eventos. Pela sua natureza, alguns programas têm perfil para produção técnica ou tecnológica que necessita ser igualmente valorizada. Portanto, na avaliação da produção qualificada, a Área considera um índice global de produção do programa denominado Índice de Produção (IndProd). Para calculo final do IndProd não será contabilizada a produção técnica-tecnológica e artística que ultrapasse o valor 50% da produção em periódicos, livros e capítulos de

		livros.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	Nesse item são avaliadas as produções artísticas, técnicas, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes, que incluem: publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros); artigos publicados em periódicos técnicos; participação em comitês técnicos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; editoria de periódicos técnicos como editor científico, associado ou revisor; elaboração de protocolos, normas ou programas; consultoria ou assessoria técnica; produtos técnicos; protótipos; patentes; cursos de aperfeiçoamento; capacitação ou especialização para profissionais da área. Considera-se o vínculo com a Proposta do Programa, com suas Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos, e a coautoria discente (teses e dissertações que geraram esses produtos). A Área considera que a avaliação da produção técnica deve enfatizar o benefício que a mesma está trazendo para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, no contexto do programa, bem como seu impacto social. A produção artística é avaliada com base nos critérios Qualis da Área de Artes/Música.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	A produção qualificada do programa, contabilizada no ÍndProd, e a produção analisada no item 4.2 (produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes) devem estar distribuídas equitativamente pelo corpo docente permanente.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Considera-se a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada com a Proposta do Programa, Objetivos, Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos.
5 – Inserção Social	25%	
5.1. Impacto do Programa.	40%	É avaliado se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender os objetivos definidos para a

		Modalidade de Mestrado Profissional. Avalia-se a contribuição para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, bem como das organizações públicas ou privadas e da sociedade. É aferido o atendimento a uma ou mais dimensões de impacto (social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico e legal, entre outras), nos níveis local, regional ou nacional. A inserção e interação com o respectivo setor externo/social é indispensável no caso de um Programa Profissional, e deve produzir resultados relevantes que possam ser objetivamente descritos e apreciados. a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil. b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino. c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos. d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta. e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.
--	--	---

		f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento. g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores. h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional. i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	Avalia-se a participação em projetos de cooperação e intercâmbio com outros Programas, dentro da modalidade de Mestrado Profissional. Considera-se, particularmente, a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, a pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	Avalia-se a participação em projetos de cooperação e intercâmbio com outros Programas, dentro da modalidade de Mestrado Profissional. Considera-se, particularmente, a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, a pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.

5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.	20%	A divulgação sistemática do Programa, atualizada, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, é importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos de agências públicas de fomento e de entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo Curso pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. Examina-se a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado, conforme legislação vigente.
--	-----	---

FICHA DE AVALIAÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS EM REDE NACIONAL (*)

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Avaliação da Rede e suas Associadas	20	
1.1. Articulação entre as instituições associadas e a coordenação do programa.	20%	Avaliar qualitativamente com base na proposta e nas respostas à questão 4 da pesquisa com os egressos e às questões 6 e 8 da pesquisa com os coordenadores.
1.2. Planejamento global da rede, sistemática de avaliação e auto-avaliação.	20%	Verificar a existência de planejamento e de autoavaliação como base nas informações da proposta do programa.
1.3. Infraestrutura para administração, ensino e demais atividades pertinentes.	20%	Verificar as informações da proposta do programa e usar as respostas às questões 1 e 2 da pesquisa com egressos e às questões 1 e 2 da pesquisa com coordenadores.
1.4. Critérios e efetividade das normas de credenciamento e descredenciamento.	20%	Verificar as informações da proposta do programa sobre o processo de avaliação de cada associada (nova ou antiga) e o atendimento aos critérios de credenciamento e credenciamento.

1.5. Implantação e atualização da proposta do programa.	20%	Avaliar qualitativamente com base nas informações da proposta do programa e nas respostas à questão 9 da pesquisa com coordenadores.
2 – Discentes e Egressos	40	
2.1. Processos de seleção e de avaliação de discentes.	15%	Avaliar qualitativamente a excelência e rigor dos critérios nacionais de seleção e de avaliação de discentes.
2.2. Fluxo discente: quantidade de ingressantes, evasão e prazo de conclusão (por associada e no total rede).	25%	Avaliar a partir dos indicadores fornecidos pela Capes.
2.3. Qualidade dos trabalhos finais: adequação dos trabalhos à proposta do curso e sua divulgação.	60%	Avaliar qualitativamente a partir de amostra de trabalhos (proporcional ao número de egressos no período de avaliação) tendo em vista os parâmetros de qualidade definidos pela área. Verificar se os trabalhos finais estão disponíveis no <i>site</i> do programa.
3 – Corpo Docente	20	
3.1. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de formação considerando-se o programa e as instituições associadas.	20%	Verificar a adequação do número mínimo de docentes, seu regime de trabalho, os vínculos dos docentes com outros PPG, a proporção de colaboradores em relação ao total de docentes e a carga horária dedicada ao programa. Considerar as respostas à questão 3 da pesquisa com os egressos e às questões 3, 4 e 5 da pesquisa com os coordenadores.
3.2. Compatibilidade do corpo docente com a proposta, considerando-se suas atividades de ensino, pesquisa, orientação.	50%	Verificar a formação e atuação dos docentes para avaliar se sua experiência atende à proposta curricular; avaliar a distribuição das atividades de ensino e orientação.
3.3. Produção intelectual.	30%	Avaliar se o conjunto da produção por associada está alinhado à proposta do programa.
4 – Inserção Social	20	
4.1. Importância do curso na atuação profissional dos egressos.	60%	Utilizar as respostas às questões 5 e 6 da pesquisa com os egressos e as respostas às questões 7, 10 e 11 da pesquisa com os coordenadores.
4.2. Políticas de divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa.	40%	Avaliar qualitativamente as informações existentes no <i>site</i> do programa.

(*) Os questionários referentes à pesquisa com egressos e coordenadores de Programas em associação estão disponíveis ao final deste documento, nos Anexos I e II respectivamente. A

área poderá utilizar a ficha e os questionários do Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROF) para avaliar as associações com 6 ou mais instituições.

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

A internacionalização dos Programas de Pós-Graduação da área Interdisciplinar tem sido medida a partir de dois conjuntos de indicadores, que incluem:

- a) Os intercâmbios acadêmicos envolvendo docentes e discentes com outros programas no exterior;
- b) A produção bibliográfica veiculada em periódicos de padrão internacional, especialmente aqueles reconhecidos como os mais importantes na área interdisciplinar.

Em linhas gerais, percebemos a partir das avaliações trienais anteriores e as informações acima destacadas, que os esforços em prol da internacionalização da Pós-Graduação brasileira vêm sendo paulatinamente intensificados na Área Interdisciplinar.

Vale ressaltar que os programas já consolidados na Área apresentam desempenho equivalente aos de centros interdisciplinares internacionais de excelência. Algumas temáticas desses programas incluem a modelagem computacional e a computação aplicada, os estudos do envelhecimento humano, a vigilância sanitária, a informática na educação, a política científica e tecnológica, as políticas públicas, a ecologia aplicada, o agronegócio, o desenvolvimento rural e o desenvolvimento sustentável. Regionalmente, os programas com grau de internacionalização mais destacados se concentram nas regiões Sul e Sudeste. Há ainda programas em associação com instituições estrangeiras na América do Sul e África em agro-economia e ciências sociais aplicadas. A Área tem também registrado forte demanda em doutorados sanduíche e pós-doutorados nos Estados Unidos e Europa.

A inserção internacional pode ser caracterizada por programas de Pós-graduação reconhecidos na CAPES com qualquer nota, dependendo de suas especificidades, sendo quesito de especial relevância para avaliação de programas com notas 6 e 7. As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para programas com doutorado, classificados com nota 5 na avaliação quadrienal e que, necessária e obrigatoriamente, apresentam desempenho equivalente aos de centros interdisciplinares internacionais de excelência. Esses programas deverão ter um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área.

O Programa candidato à nota 6 ou 7 deverá atingir excelência nos cinco quesitos da Ficha de Avaliação de Programas da CAPES e apresentar:

- Nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos;

- Consolidação e reconhecimento como formador de recursos humanos para pesquisa e Pós-graduação e centro de produção de conhecimentos de excelência;
- Liderança nacional na área;
- Capacidade de nucleação de novos programas;
- Integração e solidariedade com outros programas com nota 3 ou 4 ou com grupos que ainda não apresentam curso de Pós-graduação *stricto sensu*, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação.
- Inserção e o impacto regional e nacional.
- Visibilidade e transparência na sua atuação via informações disponíveis na página do Programa.

A internacionalização é caracterizada quando o Programa demonstrar, principalmente com relação ao corpo docente permanente e discente: proporção significativa de docentes participando como visitantes em programas de IES ou centros de pesquisa estrangeiros; proporção significativa de docentes com estágio pós-doutoral em IES ou centros de pesquisa estrangeiros; recepção de professores visitantes estrangeiros no quadriênio; intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo através de bolsas-sanduíche; orientação de alunos de origem estrangeira; titulação de alunos em cotutela com outros países; intercâmbios envolvendo financiamentos recíprocos entre parceiros; participação em bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; participação em projetos de cooperação internacional, inclusive com países em desenvolvimento e países da América do Sul; participação em editais internacionais; formação de recursos humanos envolvendo países em menor grau de desenvolvimento, incluindo os da África e América Latina; participação de docentes e discentes em eventos científicos de caráter internacional; conferências e palestras no exterior; prêmios de reconhecimento internacional; o financiamento internacional de atividades de Pós-graduação; participação em comitês editoriais, em revisão de publicações e em editoria de periódicos de circulação internacional; publicação de periódicos em língua estrangeira e com inserção internacional; participação em diretorias de associações científicas internacionais; participação em projetos de pesquisa envolvendo grupos de pesquisa de instituições estrangeiras; participação em convênios baseados em reciprocidade na forma de redes de pesquisa, destino dos egressos, com indicadores de alunos que estão atuando em IES, em programas de Pós-graduação ou outras atividades profissionais de destaque no país e no exterior.

As notas 6 e 7 são reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram **nota final 5** e conceitos MB em **todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
- Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
- Solidariedade;
- Nucleação.

- **Nota 6:** predomínio do conceito MB nos itens de **todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito Bom (B) em alguns itens.**
- **Nota 7:** conceito MB em **todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação;** nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da Área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).

V. OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Conforme determina a legislação vigente, qualquer curso/programa poderá solicitar mudança de área de avaliação na CAPES. Esse processo ocorre em uma janela de tempo estipulada pela CAPES. Alerta-se, no entanto, que é essencial que o curso/programa tenha conhecimento dos quesitos e critérios de avaliação da Área Interdisciplinar. A preocupação da Área interdisciplinar é com a próxima avaliação Quadrienal, na qual este curso/programa transferido poderá não atender aos critérios específicos da Área, com reflexo na nota final atribuída pela Área.

ANEXOS

ANEXO I - Pesquisa com egressos MP em rede

Parabéns por ter concluído o Mestrado. Gostaríamos de ter sua colaboração para aprimorarmos o curso que realizou e, para isso, solicitamos que responda as questões abaixo. Demora 2 minutos. Não existe resposta certa para as questões. Após responder todas as questões, por favor, clique em submeter.

Obrigado pela colaboração e sucesso na carreira!

1) Avalie a infraestrutura dedicada à gestão do curso - secretaria, coordenação, etc

- ☐ Totalmente inadequada
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

2) Avalie a infraestrutura para ensino usadas no curso - salas de aula, biblioteca, serviços de videoconferência, laboratórios, etc

- ☐ Totalmente inadequada
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequada
- ☐ Muito Boa
- ☐ Excelente

3) Avalie o corpo docente do curso

- ☐ Totalmente inadequado
- ☐ Com algumas inadequações
- ☐ Adequado
- ☐ Muito Bom
- ☐ Excelente

4) Frequência de contato presencial ou por meio eletrônico com docentes e discentes de outras instituições da rede ao longo do curso

- ☐ Muito reduzida
- ☐ Reduzida
- ☐ Regular
- ☐ Frequentemente
- ☐ Muito frequentemente

5) Avalie quanto sua postura como professor/profissional mudou em razão da conclusão do curso

- ☐ Estou muito pior
- ☐ Estou pior
- ☐ Estou igual
- ☐ Estou melhor
- ☐ Estou muito melhor

6) Avalie a importância do curso para o seu avanço na carreira de professor/profissional

- ☐ Muito pouco importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Indiferente

☐ Muito Importante

7) Recomendaria o curso?

☐ Certamente não

☐ Não

☐ Talvez

☐ Sim

☐ Certamente Sim

8) Qual curso concluiu?

9) Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso que concluiu:

ANEXO II - Mestrado Profissional em Rede: Pesquisa com coordenadores de associadas

Esta pesquisa tem como objetivo obter subsídios para o processo de avaliação do programa que participa. É importante que suas respostas expressem a realidade a fim de que possamos consolidar a presente sistemática de autoavaliação. Se desejar, consulte seus colegas do curso de sua instituição. É necessário que responda todas as questões. Agradecemos sua colaboração.

*Obrigatório

1. Avalie a infraestrutura física (salas de aula, secretaria, biblioteca, salas multiuso, instalações sanitárias, etc.) do curso na sua IES *

- () Totalmente inadequada
- () Com algumas inadequações
- () Adequada
- () Muito boa
- () Excelente

2. Avalie os recursos disponíveis na sua IES para interação (pessoal ou eletrônica) com outras IES associadas. *

- () Totalmente inadequados
- () Com algumas inadequações
- () Adequados
- () Muito bons
- () Excelentes

3. Avalie o tamanho do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- () Muito reduzido
- () Reduzido
- () Sem folga

☐ Adequado

☐ Muito adequado

4. Avalie a dedicação do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

☐ Totalmente insuficiente

☐ Insuficiente

☐ Adequada

☐ Muito boa

☐ Excelente

5. Avalie o perfil (formação e experiência) do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

☐ Totalmente inadequado

☐ Inadequado

☐ Com limitações

☐ Muito bom

☐ Excelente

6. Avalie a importância da colaboração entre as IES da rede para o bom andamento do curso *

☐ Muito pouco importante

☐ Pouco importante

☐ Indiferente

☐ Importante

☐ Muito importante

7. Avalie a qualidade da formação discente do curso *

☐ Muito fraca

☐ Fraca

☐ Adequada

☐ Muito boa

☐ Excelente

8. Avalie a qualidade da articulação entre as IES associadas e a coordenação geral da rede *

☐ Muito inadequada

☐ Com limitações

☐ Adequada

☐ Muito boa

☐ Excelente

9. Avalie o grau de dificuldade de gestão do curso na sua instituição. *

☐ Muito difícil

☐ Difícil

☐ Nem difícil, nem fácil

☐ Fácil

☐ Muito fácil

10. Avalie a importância profissional do curso para os egressos. *

☐ Muito pouco importante

☐ Pouco importante

☐ Indiferente

☐ Importante

☐ Muito importante

11. Avalie a contribuição do curso para a atuação profissional do discente *

☐ Muito reduzida

☐ Fraca

☐ Regular

☐ Boa

☐ Muito boa

12. Recomendaria o curso? *

☐ Certamente não

☐ Não

☐ Talvez

☐ Sim

☐ Certamente sim

13. Indique qual o programa que participa como coordenador *

14. Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso